

Ata da Vigésima Reunião Ordinária do Segundo Período Ordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis realizada no dia vinte e sete de novembro do ano em curso.

As dezesseis horas do dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e oitenta e seis pela Presidência do Vereador Sr. Silva da Rocha e com a ocupação da primeira e segunda cadeiras pelos Vereadores: Antônio Acoli de Oliveira e Manoel José de Aguiar, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio Ordinariamente, e além de não responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Almeida Ferreira de Souza, digo, ratificando, sem a presença do Vereador Almeida Ferreira de Souza, responderam ainda a chamada nominal os Vereadores: Amaro de Figueiredo, Antônio Pastos de Carvalho Tundade, Ana Paula Mathias dos Santos Louca, Eronides da Silva Santos, Geraldo Farias Neves, Arias Monteiro Moraes, Virgínia Pereira de Souza e Wilmar Monteiro. Havendo o número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta em nome de Deus, a presente reunião. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária e Ata da Decima Reunião Extraordinária do Segundo Período legislativo do ano em curso. A seguir o Senhor Presidente determinou a "leitura do Expediente" que constou no seguinte: Requerimento nº 142/86 de autoria do Vereador Almeida Ferreira de Souza, que dispõe sobre concessão de Moção de Aplausos ao Doutor Wellington Moreira Franco, eleito Governador do Estado, no pleito do dia quinze de novembro de mil novecentos e oitenta e seis, Requerimento nº 145/86 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, que dispõe sobre concessão de Moção de Aplausos digo Fazer à família de Eugênia Ferreira e Assis Ferreira, pelo falecimento de ambos, ocorridos respectivamente nos dias quatorze e vinte e cinco de novembro próximo passado, Requerimento nº 146/86 de autoria do Vereador Manoel José de Aguiar, que dispõe sobre concessão de Moção de Aplausos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pela inauguração de um pavilhão sobre a Campanha de Presença à Excepcionalidade em nosso Município, Requerimento nº 148/86 de autoria do Vereador Arias Monteiro Moraes, que requer discussão única para o Projeto de Lei nº 148/86 e Projeto de Lei nº 71/86 contendo Mensagem Executiva nº 55/86, que dispõe sobre desafe-

tação da área destinada como Quadra "G" do loteamento Parque Central. Exumada a leitura do expediente, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao primeiro orador inscrito no livro. Foi uso da tribuna como orador inscrito o Senador Geraldo Farias Neto iniciando a sua fala criticou severamente a novas medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal enfatizando e mais uma vez o povo brasileiro via sofrer duras consequências. Prossequindo, disse que de forma alguma o PMDB poderia mudar a sua ideologia e ainda, que o Partido assumia grandes responsabilidades num dos momentos mais graves vividos pela nação Brasileira. Finalizando, disse que enquanto o trabalhador brasileiro era massacrado, as mordomias continuavam nos altos escalões do Governo e nas Empresas Estatais. Logo após ocupou a tribuna o Senador Altmar Monteiro iniciando a sua fala, disse que com o retorno do Senador Altmar Berra Teixeira, na condição de primeiro suplente, que iria se afastar das atividades políticas. Prossequindo, disse que em respeito aos seus eleitores e a opinião pública cumpriria de apresentar relatório de suas atividades na Câmara Municipal. Destacou a campanha contra a demissão dos Bancários no Município, a busca constante para a redução das interferências provocadas pela Rádio Sucesso FM nos aparelhos de televisão e ainda, o problema referente aos médicos anestesistas, que em quase, digamos litígio com o INAMP, deixaram em situação aflitiva toda a população. A seguir, disse que o mesmo entendendo a posição do Governo Federal ante a complexa conjuntura da economia nacional não concordava com as últimas medidas adotadas na área econômica, tirando críticas a respeito do assunto. Concluiu a sua fala agradecendo a todos afirmando ainda ter a consciência de dever cumprido para com a comunidade Cabofriense. Em seguida ocupou a tribuna o Senador Antônio Carlos de Carvalho Crindade iniciando sua fala, apresentou denúncia de Presidentes de Clubes Amadores do Município, segundo a qual, o Presidente da Liga Cabofriense de Desportos Praia se recusava ao diálogo com os membros no sentido de que fosse solucionado impasse que interrompera o campeonato de Futebol Amador de Cabo Frio. Adiante, disse que após muita insistência o Presidente da Liga, por telefone comunicara que os clubes só voltariam a jogar após o pagamento de taxa de energia elétrica do Estádio, no valor de oitocentos cruzados (Cz\$ 900,00) mais despesas com funciona-

nos do próprio Municipal, o que considerou um verdadeiro absurdo. Disse que enquanto tudo era cobrado aos abnegados dirigentes do futebol amador, o Prefeito Municipal dispendia cerca de trezentos mil cruzados por mês com a Cabofriense, apenas para satisfazer sua vaidade pessoal em detrimento de atletas cabofrienses. Perguntado, disse que através do voto e para cabofriense repudiaria o futebol profissional patrocinado pelo Prefeito, com o Doutor Ivo Saldanha dando uma bela demonstração de orgulho com uma campanha marcada pelo amor e respeito ao povo. Adiante, protestou contra as demissões de muitos funcionários municipais ou transferências para locais mais distantes, enfatizando que tudo dava a entender que o Prefeito estava cometendo uma vergonha por ter seu candidato perdido o pleito e que era profundamente lamentável. Protestou também pelo fato do Prefeito não estar pagando de acordo com a lei os direitos dos funcionários demitidos e que configurava mais um arbítrio do Executivo. A seguir, teve severas críticas ao setor de turismo em Cabo Frio, lembrando que em 1961 nascentes e orestas e circo, a Câmara rejeitara Requerimento de sua autoria solicitando depoimento do Secretário Municipal de Turismo em plenário, com o objetivo de ser esclarecido qual o planejamento do setor para atendimento de milhares de turistas que procuravam o Município no verão, e ainda, que até o pavilhão de turismo de Cabo Frio fora demolido deixando um verdadeiro caos em áreas tão importantes para a economia Municipal. Críticas severamente ao Prefeito pelo que considerava exploração e humilhação das crianças que trabalhavam como pequenos garis, recebendo a ridícula remuneração de cinquenta cruzados por mês, trabalhando sem nenhum equipamento nas praias do Município. Adiante, acusou o Prefeito de estagnar dinheiro em eleições e no futebol profissional da Cabofriense, o que era um absurdo na medida em que enviava Mensagens à Câmara para tomar empréstimos culturais na Caixa Econômica. Finalizando, protestou contra o estado de abandono em que mesmo com verbas já aprovadas pela Câmara não mereciam nenhuma atenção da Municipalidade, não sendo verdade que a obra estivesse embargada pelo Patrimônio Histórico, logo após criou a Exibuna a Verdadeira Ana Lídia Mathias dos Santos Leiria iniciando sua fala criticou a Administração Municipal por não ter concluído o Instituto Médico Legal, prédio semi construído.

do e que em sua opinião mais parecia uma casa de campo. Considerava de grande importância a possibilidade de serem construídas capelas ao lado do Instituto Médico legal visto a inexistência das mesmas no Município de Cabo Frio. Abordando pronunciamento anterior do Vereador Geraldino Farias Neves, residente em Araxá do Cabo, disse que o mesmo era deslegante e não primava pelo decoro parlamentar, visto que naquela oportunidade, ao responder a seu apêndice demonstrara seu coração cheio de rancor ao confessar que concordava com as demissões que estavam sendo levadas a efeito no funcionalismo da Prefeitura através de determinações do Senhor Prefeito Municipal por motivos políticos. Solicitou providências a Secretaria Municipal de Meio Ambiente no sentido de ser coibida a prática de esportes na Baía do Forte, objetivando sobretudo o lazer e a tranquilidade dos banhistas, e também, que a Secretaria determinasse os locais adequados para os desportistas. Em apêndice o Vereador Geraldino Farias Neves disse que o seu comportamento podia ser avaliado pela comunidade e que sua presença na Casa, com um mandato eletivo no tinha como objetivo principal o trabalho, não estando apenas para fazer "media", considerando-se ainda um Vereador corete e honesto em suas posições, afirmando ainda que fazia demagogias com o Prefeito para depois obter favores, e ainda que defendia o Prefeito naquelas circunstâncias por contribuir a meritoria obra social que estão sendo desenvolvida pelo Prefeito Alain Coréia. Dizendo não entender as posições do Vereador Geraldino Farias Neves, em sua opinião confusas, encerrou sua fala. Em seguida ocupou a tribuna o Vereador Aristarco Aciole de Oliveira abordando a fala do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Brindade, em suas acusações a Administração Municipal, disse que a mesma era nostálgica e conspua além de superada. Adiante, disse ser importante registrar que a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, não concordando com a Vereadora Ana Lídia Cathiar dos Santos Coréia ao comparar o prédio da Instituição com uma casa de campo, talvez dizendo a Vereadora que o prédio fosse aguçado, feio, mas cores semelhantes e presta para realmente mostrar para a opinião pública a casa da morte. Adiante, disse que a morte chocara aos olhos que aqui ficaram para analisar a morte de um ente querido e que no seu entendimento o Instituto Médico legal tem que ter mesmo a aparência de uma casa de campo. Disse também que existia o embargo do Estado e do ISEHAN não permitindo a conclusão das obras, embora a oposição dissesse o contrário. Prosseguindo di-

se de sua preocupação com chegada da estação de verão e o estado lamentável em que se encontrava a Rodovia Amaral Peixoto sempre registrando inúmeros acidentes, o mesmo ocorrendo com a precariedade dos serviços prestados pela CERS, também por culpa do Governo do Estado. Criticou também a crise do abastecimento de água suprida pelo Município de Cabo Frio manifestando sua apreensão também ante a proximidade da temporada de verão. Prosseguindo, disse da necessidade de Plano Bugedo ser adequado a conjuntura da conjuntura da economia nacional, lembrando ainda dos vinte e dois anos em que o Brasil ficou submetido as grandes negociações, cujos reflexos ainda se fazem sentidos durante muito tempo, considerando finalmente, que os ajustamentos na economia, pretendiam criar condições mínimas para que o País pudesse equilibrar tanto a dívida externa como a interna, encerrando a seguir sua fala. Logo após ocupou a tribuna o Vereador Virgíneo Correia de Souza iniciando sua fala transmitiu seus cumprimentos ao Vereador Wilmar Monteiro que naquela reunião se despedia visto o retorno do Vereador Uelton de Souza Benício a quem substituiria como primeiro suplente do PMOB. Prosseguindo disse que naquela data a Câmara Municipal de Cabo Frio reconhecia como de utilidade pública para todos os efeitos legais a Associação Religiosa Santa Anastácia, dirigida pelo Padre Celso Bruno de Miranda Junior, religioso dedicado e dos mais conhecidos na sociedade cabofriense por seu trabalho benficiente. A seguir falou dos laços históricos que ligavam os Municípios de Campos e Cabo Frio, e da forte corrente migratória que demandavam a Cabo Frio oriundas do vizinho Município, o que despertara em sua pessoa a criação da Associação Cabofriense dos Campistas ausentes da terra. Adiante disse que o estatuto da Associação já estava elaborado e que assim sendo dentro de breves dias estaria fundada com objetivos culturais e de instrução entre as duas comunidades, além de assistência jurídica para associados. Prosseguindo, solicitou aos seus pares apoio para a Associação e esforço conjunto que possibilitasse o encontro entre os Prefeitos de Cabo Frio e Campos com a finalidade já definida, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais oradores inscritos, de imediato o Senhor Presidente transportou os trabalhos a "Ordem do Dia". Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: Requerimento nº 142/86 de autoria do Vereador Alcimedes Teixeira de Souza, Requerimento nº 145/86 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro;

nº 146/86 de autoria do Senador Mauro José de Aguiar e Requerimento nº 148/86 de autoria do Senador Amaro Leôncio Moraes. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de lei nº 76/86 contendo Mensagem Executiva nº 58/86 e Projeto de lei nº 77/86 contendo Mensagem Executiva nº 59/86. Encaminhado a Comissão de Justiça o seguinte Projeto: Projeto de lei nº 71/86 contendo Mensagem Executiva nº 55/86. Aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento no seguinte Projeto: Projeto de lei nº 66/86 contendo Mensagem Executiva nº 52/86. Aprovado parecer favorável da Comissão de Redação Final nos seguintes Projetos: Projeto de lei nº 79/86 contendo Mensagem Executiva nº 56/86, Projeto de lei nº 80/86 contendo Mensagem Executiva nº 175/85 de autoria do Senador Octávio Foga Galoçlia. Encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento e Alienação e Redação Final para emitir parecer conjunto no Projeto de lei nº 78/86. Encerrada a "Ordem do Dia", o Senhor Presidente franqueou a palavra para o segmento dedicado a "Explicação Pessoal" aos Senadores que não fizeram uso da tribuna. Não havendo Senadores para fazerem uso do segmento dedicado a Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida a apreciação Plena, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Mauro José de Aguiar
Assinatura

Ata da Décima Primeira Reunião Extraordinária do Segundo Período Ordinário do ano de mil novecentos e oitenta e seis realizada no dia vinte e sete de novembro do ano em curso.

As dezete horas do dia vinte e sete de novembro de